

A COOPERAÇÃO COMO MEIO DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS: UMA ANÁLISE NO ASSENTAMENTO SANTA OLGA

COOPERATION AS A MEANS OF COMMERCIALIZATION OF PRODUCTION IN RURAL SETTLEMENTS: AN ANALYSIS IN THE SANTA OLGA SETTLEMENT

*Fabiano Greter MOREIRA*¹

*Gabriel Moraes de SOUZA*²

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo analisar o processo de comercialização dos assentados que residem no Assentamento Santa Olga, localizado no município de Nova Andradina, estado do Mato Grosso do Sul. Utilizou-se uma pesquisa de campo a partir de questionários aplicados aos assentados sócios da Coopaolga e referenciais teóricos por meio de pesquisa bibliográfica, pertinentes à agricultura familiar, cooperativismo e meios de comercialização da produção. Foram estudados os avanços na agricultura desde os primórdios até a prática da agricultura familiar e a produção local e seu respectivo desenvolvimento e apoio ao produtor. Com base nas informações obtidas na cooperativa local e seus aliados, foi analisado a importância da agricultura familiar como fonte de renda e suas políticas públicas de utilidade como canal de comercialização. Os principais resultados evidenciaram a importância do cooperativismo nos assentamentos rurais, contribuindo de maneira exponencial à integração entre produtores e consumidores de produtos provenientes do campo.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar, cooperativismo, políticas públicas, produção.

INTRODUÇÃO

O presente estudo busca apresentar uma visão de como vem ocorrendo os meios de assistência à produção, e também comercialização da agricultura familiar no Projeto de Assentamento (PA) Santa Olga. O Assentamento está localizado a 15 km do núcleo urbano do município de Nova Andradina, estado de Mato Grosso do Sul. O trabalho busca evidenciar um estudo político mostrando a importância dos incentivos aos agricultores e os métodos de comercialização dos produtos obtidos por esta agricultura de caráter familiar.

Diante de um crescimento no consumo dos produtos provenientes da agricultura familiar, percebe-se a necessidade de um maior incentivo na produção destas mercadorias, e também incentivo ao escoamento destes produtos. Através deste contexto temos a intenção de descrever os incentivos de produção e os meios de comercialização do PA Santa Olga.

¹ Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Nova Andradina. Nova Andradina, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: Fabiano.gm12@hotmail.com

² Administrador pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Nova Andradina. Nova Andradina, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: gabrielllsouza@outlook.com

O objetivo do trabalho é descrever a ótica de alguns autores sobre cooperativismo na agricultura familiar, pois através deste meio comercializam produtos para as escolas municipais e estaduais, por meio do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), Programa aquisição de alimentos (PAA).

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, sancionada pela Presidência da República, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2017), considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 04 (quatro) módulos fiscais - que varia entre 05 (cinco) e 110 (cento e dez) hectares, dependendo da localidade; utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família e, ainda, silvicultores, agricultores, extrativistas, povos indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam, simultaneamente, a todos os requisitos de que trata a lei supracitada.

Com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foram elaboradas diversas políticas públicas que buscam um melhor desenvolvimento rural. As famílias passam a ter acesso a essas políticas, a partir do momento que se organizam em associações ou cooperativas.

A lei nº 11.947/091, que fornece apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar nas escolas, de certo modo facilita que as associações e cooperativas da agricultura familiar acessem o programa em âmbito municipal e regional. De acordo com Wanderley (1999), a agricultura familiar esta demonstrando ser capaz de atender aos requisitos primordiais da inovação produtiva, pois possui a sua capacidade de diversificar suas atividades agrícolas e de associar-se a essas atividades.

Com uma valorização do sistema capitalista, automaticamente houve uma grande revolução do sistema agrário brasileiro, buscando um maior aproveitamento de terras disponíveis e também na geração de renda no campo, assim ocasionando um confronto entre pequeno produtor e latifundiários. Diante desta situação, o governo está proporcionando mais oportunidades ao pequeno produtor, fornecendo créditos rurais e políticas públicas, a fim de melhorar as formas de produção e escoamento, melhorando a oferta de alimentos em uma determinada região e movimentando a economia local.

Um meio muito eficaz é o cooperativismo que hoje é considerado o meio mais atraente para que os pequenos produtores possam se fortalecer contando com uma maior assistência tanto na produção como na comercialização de seus produtos.

O trabalho foi desenvolvido através de pesquisas bibliográficas para conceituar a agricultura familiar e também o cooperativismo, conta com técnicas de pesquisa descritiva, por meio de um estudo de caso, que foi usado para coleta de dados e informações a respeito do PA Santa Olga e também da cooperativa.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Com o objetivo de desenvolver este estudo foram realizadas pesquisas sobre a atual conjuntura da agricultura familiar brasileira, bem como sobre o cooperativismo no contexto dos assentamentos rurais.

1.1 HISTÓRICOS DA AGRICULTURA E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

A questão agrária no Brasil vem sendo um dos principais temas debatidos entre os pesquisadores e estudiosos, que procuram a relação entre o problema da concentração fundiária e as injustiças no campo e a miséria da população rural, onde a distribuição esta desigual e a estrutura agrária que está concentrada nas mãos de poucos.

De acordo com estudos de Miralha (2012), a desigualdade estrutural e a concentração fundiária têm marcado a sociedade brasileira desde sua origem, com o processo de colonização portuguesa que instaurou o regime de sesmarias em que o agricultor tinha o direito de posse e o líder de estado mantinha o domínio das terras. No entanto, neste período de colonização apenas cidadãos brancos, denominados como puros de sangue, e católicos tinham o direito à posse da terra, enquanto outras raças ou crenças não tinham o mesmo direito. Com isso os senhores de engenhos, que eram brancos, obtinham um grande território para plantar cana-de-açúcar e, conseqüentemente, a maioria da população não exercia o direito da posse pela terra, pois eram escravos e índios.

Segundo Miralha (2012, p. 152), a estrutura colonial no Brasil se constituiu por meio de três classes fundamentais na organização social: “A grande propriedade fundiária, a monocultura de exportação e o trabalho escravo”.

Nesse contexto, é importante destacar que a produção familiar existia de uma forma subordinada às grandes propriedades, em que produziam principalmente produtos alimentícios, como cereais para a subsistência e para o consumo de pequenos mercados locais, pois, as grandes lavouras, na época, só produziam cana de açúcar para ser exportada para Portugal.

A questão agrária brasileira esteve ligada historicamente ao processo de colonização do país, desde as capitanias hereditárias, passando por ciclos econômicos, como do açúcar, mineração, café, pecuária, borracha, algodão, entre outros, até os dias atuais, onde a questão da posse da terra sempre esta presente no cenário político nacional. Esse cenário foi fortemente agravado quando o país programou a política de modernização

da agricultura, um processo que provocou profundas transformações estruturais na esfera produtiva, causando assim sérias consequências sociais devido à enorme mobilidade populacional ocorrida nas últimas cinco décadas (MATTEI, 2013).

O mapa da agricultura é extremamente complexo e extenso, seja em função da grande diversidade da vegetação, meio geográfico, clima, variáveis econômicas locais etc., seja em virtude da existência de diferentes tipos e aptidões dos agricultores, os quais têm interesses particulares e culturas preferidas, estratégias próprias de sobrevivência e de produção, que respondem de maneira diferenciada a desafios e restrições semelhantes.

Nesse cenário de produção da agricultura colonial, Miralha (2012) ressalta que as grandes lavouras, como cana de açúcar, café, algodão e outras culturas da época eram em sua maioria para exportação. A produção familiar existia de uma forma subordinada às grandes propriedades, onde produziam principalmente produtos alimentícios, como cereais para a subsistência e para o consumo de pequenos mercados locais.

A modernização da agricultura foi propagada no Brasil desde a metade do século XX, com o intuito de aumentar a produção e a produtividade de culturas de interesse internacional mediante a inserção de inovações tecnológicas. Isto só foi possível no contexto de uma conjuntura política em que o Estado foi o condutor, por meio de investimentos em pesquisas científicas, com a criação de órgãos de pesquisa, programas e créditos agrícolas (MATOS; PESSOA, 2011).

Nesse sentido, busca-se compreender, ainda que sinteticamente, a relevância da agricultura familiar na contemporaneidade, identificando, à luz dos estudos atuais, quais as saídas apontadas para a agricultura familiar brasileira e os principais desafios para este segmento no processo de globalização e das novas dinâmicas econômicas em que estão inseridos.

Mesquita (2009) afirma que a agricultura é gradativamente transformada em um setor de aplicação de investimentos de capitais, representando um amplo mercado consumidor de insumos agrícolas e bens de consumo duráveis como fertilizantes adubos e de bens duráveis com máquinas e equipamentos e não duráveis da indústria urbana e fornecedora de gêneros alimentícios e matérias-primas.

De acordo com Teixeira (2005, p. 23):

O processo de modernização da agricultura no Brasil teve origem na década de 1950 com importações de meios de produção mais avançados, e, no entanto, é só na década de 1960 que esse processo veio a se concretizar, com a implantação no país de um setor industrial voltado para a produção de equipamentos e insumos para a agricultura com isso fazendo parte da cadeia do agronegócio.

Com isso pretendia-se passar de uma agricultura tradicional, dependente da natureza, para uma agricultura mais tecnológica, com isso a década de 1960 deu o início

ao novo modelo econômico brasileiro, substituindo o modelo de substituição de importações pela modernização do setor agrário e formação dos setores Agroindustriais (TEIXEIRA, 2005).

1.2 AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com dados apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA 2017), a agricultura familiar é uma das atividades econômicas mais importantes do mundo, pois além de ser a responsável pela produção da maior parte dos alimentos, gera renda a famílias em sistemas de produção. De acordo com o ano internacional agricultura familiar (AIAF 2014), o comitê brasileiro de agricultura familiar e indígena declarou que no ano de 2014 foram contabilizadas cinco milhões de famílias que viviam da agricultura familiar; acredita-se que este número está em crescimento no decorrer dos anos.

De acordo com o estudo do MDA (2017), a agricultura familiar constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes; responde por 35% do produto interno bruto nacional; e absorve 40% da população economicamente ativa do país. Ainda, segundo o Censo, a agricultura familiar produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Na pecuária, é responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país. A agricultura familiar possui, portanto, importância econômica vinculada ao abastecimento do mercado interno e ao controle da inflação dos alimentos consumidos pelos brasileiros.

O principal apoiador da agricultura familiar é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Por meio dele, agricultores familiares podem acessar várias linhas de crédito de acordo como sua necessidade do seu projeto. Podem ser projetos destinados para o custeio da safra, a atividade agroindustrial, seja para investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura. Para acessar o Pronaf, a renda bruta anual dos agricultores familiares deve ser de até R\$ 360 mil (MDA, 2017).

A agricultura familiar no Brasil vem crescendo e avançando a cada dia, uma otimização tanto na produção, quanto na comercialização, conta com diversos programas de proteção e incentivos ao agricultor familiar. De acordo com MDA (2017), o Plano Safra 2016/2017 e o seguro da Agricultura Familiar (Seaf) garantem uma proteção de 80% da renda bruta anual esperada da renda líquida ate R\$ 20 mil.

Segundo o MDA (2017) o apoio à produção é garantido pela Assistência Técnica e Extensão Rural, com atividades da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), com a execução de metas, que incluem dois mil técnicos capacitados e atendimento de dez mil famílias com serviços de extensão rural. Possuem

também parcerias com o INCRA e o MDA no atendimento de 600 mil famílias com ATER de base agroecológica; atendimento de 11,8 mil agricultores familiares com foco na convivência com o semiárido (Ater Mais Gestão), e assessoria de 840 associações e cooperativas da agricultura familiar; e de 22 cooperativas em assentamentos da reforma agrária, incluídas no Programa Terra Forte; além de capacitação de nove mil dirigentes de empreendimentos da agricultura familiar em cursos com diversos enfoques de gestão de empreendimentos (MDA, 2017).

1.3 COOPERATIVISMO E AGRICULTURA FAMILIAR

A sociedade na qual estamos inseridos vem passando por diversas transformações de base social, política e econômica em função do processo de globalização, com isso surgem cada vez mais a necessidade de se organizar e fortalecer, visando maior competitividade, e conseqüentemente proporcionar maior crescimento econômico e social das comunidades.

O cooperativismo tem origem a partir de laços que variam desde o uso do solo até o exercício da profissão, sempre procurando ter privilégio em relação a seus concorrentes no mercado externo (COSTA *et al.*, 2015).

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) (2017), o cooperativismo é mais do que um modelo de negócios, o cooperativismo é uma filosofia de vida que busca transformar o mundo em um lugar mais justo, feliz, equilibrado e com melhores oportunidades para todos. É um caminho que mostra que é possível unir desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo.

Os autores Andrade e Alves (2013) destacam as cooperativas como um grupo de pessoas que tem em comum o desejo e necessidade de atender melhor o mercado, com a união de forças para suprir as diversas necessidades dos consumidores e fornecedores. Com a união, os produtores conseguem maior representação na busca de recursos e também na comercialização das mercadorias em diversos programas governamentais.

Segundo Minatel e Bonganha (2015, p. 253):

Quando se tem um grupo com os mesmos ideais e características iguais, se unir é a melhor forma para alcançar resultados”. Partindo desse pensamento, produtores rurais se unem para conseguir melhores resultados do que, geralmente, não conseguiriam se estivessem sozinhos. Prosperar se torna mais fácil quando se tem ajuda mútua.

De acordo com o pensamento de Martínez, Lins e Pires (2002), a agricultura é a principal atividade que vem promovendo o desenvolvimento rural pela sua maior ocu-

pação da população e também na diversificação das atividades produtivas e as cooperativas rurais desempenham a função chave trazendo aos produtores uma nova perspectiva de comercialização, produção e também gestão dos recursos.

O pequeno produtor tende a buscar vários recursos e benéficos para que possa alavancar sua produção e fortalecer sua atividade produtiva, com isso ingressando em cooperativas e garantindo na maioria das vezes acesso a créditos e mercados mais competitivos (ANDRADE; ALVES, 2013).

Segundo Santos *et al.* (2016) *a evolução da agricultura familiar busca cada vez mais a criação de cooperativas para ampliar o mercado de comercialização dos produtos, garantindo, assim, renda para um número maior de famílias. Com isso as cooperativas vêm ocupando um grande espaço nas transformações e inovações de trabalho, e também no crescimento das organizações, principalmente nos assentamentos rurais.*

A importância econômica e social das cooperativas da agricultura familiar no contexto atual é uma perspectiva de contribuição na comercialização dos produtos da agricultura familiar, assim gerando o desenvolvimento regional (KARNOPP; FABRIS; DALCIN, 2014).

O cooperativismo rural brasileiro tem procurado harmonizar as dimensões econômicas, sociais e culturais do processo de desenvolvimento do país, independentemente das condições estruturais concretas às quais ele se sobrepõe, as cooperativas de agricultura familiar são uma iniciativa realizável que o Brasil precisa conhecer melhor, se necessita mostrar a importância e fazer com que tantos agricultores que ascenderam não só profissionalmente, mas também sociais e economicamente sejam cidadãos que fortaleçam ainda mais essas organizações cooperativistas de agriculturas familiares (SANTOS *et al.* 2016).

2. MÉTODO DE PESQUISA

A pesquisa foi aplicada no Projeto de Assentamento Santa Olga, sendo utilizados questionários para levantar dados importantes à pesquisa. A população alvo da pesquisa foi constituída por dezenove chefes de família cooperados na cooperativa COOPAOLGA e que são responsáveis pela administração da produção do lote contribuindo com o enriquecimento da pesquisa.

O trabalho de campo transcorreu durante o ano de 2017, mais especificamente nos meses outubro a novembro, sendo assim, os dados foram colhidos mediante aplicação de questionário, em entrevistas domiciliares aplicadas pelo autor do estudo.

Os dados obtidos neste estudo foram buscados através de um estudo de caso no Projeto de Assentamento Santa Olga, junto aos dezenove agricultores familiares cooperados na cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares do PA Santa Olga. O

trabalho conta também com pesquisa bibliográfica, com o intuito de conceituar e assim evidenciar a agricultura familiar e o cooperativismo na produção e na comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar.

O trabalho conta com método de pesquisa descritiva, em que se tem por objetivo descrever as características do ambiente estudado e de seus integrantes no contexto de cooperação no PA Santa Olga (GIL, 2008). O estudo possui caráter qualitativo em que o autor ressalta informações do ambiente, por meio de um estudo de caso (CRESWELL, 2010).

De acordo com o argumento de Creswell (2010, p. 38), “[...] o estudo de caso é uma estratégia de investigação em que o pesquisador explora profundamente um programa, um evento, uma atividade, um processo ou um ou mais indivíduos”.

Segundo Yin (2015), o estudo de caso é uma maneira de realizar uma pesquisa que inclui em seu conteúdo levantamentos, histórias e análises de arquivos, que investiga um fenômeno com enfoque contemporâneo sobre o assunto, apresentando no mundo real as fronteiras entre o fenômeno e o contexto que puderem não estar claramente visíveis.

“A pesquisa de campo é a observação dos fatos tal como ocorrem não permite isolar e controlar as variáveis, mas perceber e estudar as relações estabelecidas” (RODRIGUES, 2007, p. 4). Os dados foram colhidos mediante as entrevistas com os produtores com o intuito de produzir conhecimento sobre o assunto estudado, envolvendo assim um diálogo sobre o ambiente (VERGARA, 2012). Foram aplicados de forma aleatória questionários a dezenove produtores cooperados no PA Santa Olga, com o objetivo de levantar dados importantes para a pesquisa, compostos de uma série de questões abordando tópicos, como características pessoais, do lote e da família; renda do lote, suas formas de produção e comercialização; e seus programas sociais vinculados e também sobre as linhas de créditos. Segundo Vergara (2012), o questionário tem a função de coletar dados no campo a respeito de diversas situações que o pesquisador deseja investigar com isso enriquecendo a pesquisa.

Para conceituar o trabalho foram usados métodos de pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, abrangendo a bibliografia tornada pública em relação ao tema de estudo, proporcionando novas reflexões sobre determinado assuntos, chegando a novas conclusões (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Para auxílio na interpretação dos dados foi utilizado o programa Microsoft Excel, em que foi possível quantificar e inter-relacionar os dados de pesquisa abordados no estudo, e com isso elaborar gráficos de informações a respeito da produção e do produtor residente no PA Santa Olga.

O estudo de caso busca descrever o ambiente estudado, o projeto de assentamento Santa Olga e juntamente a cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares do

PA Santa Olga a COOPAOLGA. Foi utilizado como meio de informação documentos históricos e levantamentos que descrevem as características sobre a implantação e funcionamento do PA Santa Olga, e também da cooperativa COOPAOLGA.

2.1. CARACTERIZAÇÕES DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SANTA OLGA, NOVA ANDRADINA/ MS

O município de Nova Andradina está localizado nos limites físicos das divisas dos estados de São Paulo e Paraná, conta com um número populacional estimado de 51.764 habitantes (IBGE, 2016). Esta região passou a ser reconhecido como um importante pólo de exportação pecuária da região Centro-Oeste do Brasil, exportando diversos produtos para países árabes, como Egito, Arábia Saudita, Líbano, entre outros. Atualmente, o forte da região continua sendo a pecuária de corte e leiteira e também a agroindústria que vem crescendo em ritmo acelerado.

Na Região, percebe-se a instalação de um considerável número de Indústrias Sucro energéticas e o município de Nova Andradina tem se apresentado como umas das maiores bacias leiteiras do estado de Mato Grosso do Sul, mas pouco se tem feito para promover a permanência do produtor no campo e o futuro da cadeia produtiva, posto que importante parcela da produção agropecuária da região tem cedido lugar às novas tecnologias e às novas formas de produção.

O Assentamento Santa Olga foi o último assentamento a ser criado no município de Nova Andradina e teve suas origens com a desapropriação de terra por parte do INCRA, sendo instituído em junho de 2004, com um total de 170 lotes, em uma área de 1.492,5021 hectares, localizado na Rodovia MS 276, KM 167 que liga Nova Andradina à cidade de Ivinhema. Destaca-se que 90% dos assentados residentes no PA Santa Olga estão ligados ao movimento sindical, à Federação dos Trabalhadores na Agricultura e à Pastoral da Terra (FETAGRI/MS). A área foi desapropriada e sua origem era a Fazenda Santa Olga, de propriedade de José Lemes Soares (INCRA, 2017).

De acordo com estudos de Moreira (2015, p. 16):

A composição das famílias que moram nos lotes do Assentamento, verifica-se uma maior predominância de 02 a 04 pessoas por residência. Em 34,4% dos lotes residem famílias compostas por 02 pessoas, 24,4% correspondem a famílias com 04 pessoas e 14,4% com 03 pessoas. Tais dados apontam que muitas famílias possuem filhos residindo no meio rural, porém, a sua permanência no campo ainda é incerta. Sobre a composição familiar, destaca-se: esposa, esposo, filhos, pai, mãe, irmãos, sogra, sogro, noras, genros, netas e netos morando no mesmo lote. Dos 66,7% de casados e 14,4% de juntos, chegam a 45,5% os casais com filhos, dos quais 35,5% são meninos e 23,3% são meninas. Além disso, 32,2% dos casais não possuem filhos, que, em sua maioria, são aposentados/pensão, chegando a 59% do total e os demais são formados por separados com filhos, viúvas com netos e irmãos, sendo considerados apenas os residentes nos lotes.

Moreira (2015) ressalta que o PA Santa Olga é organizado a partir de uma Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Santa Olga, e da Cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares do Assentamento Santa Olga (COOPAOLGA). Dentre seus equipamentos há trator e implementos agrícolas para a manutenção dos trabalhos no campo. Sabe-se, ainda, que os produtores também comercializam suas hortaliças em grupo organizado pelo SEBRAE-MS, que vem prestando assessoria aos produtores no município de Nova Andradina.

Santos *et al.* (2016) comentam que os produtores também comercializam suas hortaliças nas feiras de produtores que acontecem em determinados dias da semana no município de Nova Andradina.

2.2. CARACTERIZAÇÃO DA COOPERATIVA DE PRODUTORES NO ASSENTAMENTO SANTA OLGA E SEU FUNCIONAMENTO

A cooperativa se encontra localizada no Município de Nova Andradina/MS, mais especificamente na chácara Bom Futuro, Lote 123 no Assentamento Santa Olga. Em entrevista (2017) o gestor da COOPAOLGA disse que a cooperativa surgiu em 17 de novembro de 2009 com o intuito de potencializar o escoamento dos produtos provenientes da agricultura familiar, e que atualmente possui cinquenta e nove associados, porém, em atividade se encontra somente trinta produtores. Segundo ele, a cooperativa possui dois funcionários, ele e mais um, e ressalta a importância da organização dos documentos pelo fato de ocorrer vários processos de venda ao ano, ressaltando também que a cooperativa tem um bom funcionamento e que é uma importante ferramenta na comercialização das mercadorias produzidas.

Os produtos são comercializados através do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), Programa aquisição de alimentos (PAA) e outros mecanismos de comercialização, como o fornecimento de alimentos às indústrias. Durante a entrevista, o gestor disse que nos dias atuais a cooperativa recebe apoio na capacitação dos produtores por meio de órgãos, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e outros órgãos públicos que atuam diretamente na criação e implantação de projetos.

Em relação à produção das mercadorias, os produtores contam com auxílio da patrulha mecanizada obtida através da Associação de Produtores do Assentamento Santa Olga do governo estadual, que atende aos cooperados e não cooperados pagando um valor por sua hora de trabalhada e este valor vai para um fundo destinado à sua manutenção, abastecimento, depreciação e futuras compras de equipamentos. Outro fator beneficiário à produção está na compra de insumos em coletivo que são destinados ao grupo, visando um desconto maior que individualmente. Ainda segundo o gestor os

produtores possuem um conhecimento prático sobre as atividades, e ressalta que poucos têm uma formação escolar completa. Diante desta situação são ofertados auxílio técnico através da Prefeitura Municipal de Nova Andradina e da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural, que atua com agrônomos, técnicos e veterinários e palestrantes que atuam na manutenção dos empreendimentos.

De acordo com Santos *et al.* (2016), em relação aos mecanismos de comercialização dos produtos pelos programas do governo ou instituição, cada organização tem uma pessoa responsável que entra em contato com o gestor e lhe faz a solicitação dos produtos a serem entregues e ainda comunica o endereço, por sua vez o coordenador entra em contato com os associados informando a solicitação do programa. Os associados informam ao gestor sobre a quantidade de seus produtos e cada associado entrega com carro próprio no local informado pelo gestor, que são os órgãos do município.

De acordo com o entrevistado, a maior barreira esta no fato de não contar com apoio de um centro de recebimento e uma frota especializada (caminhões, vans) para transporte dos produtos, que segundo ele facilitaria a logística e também a relação com os produtores que alegam, às vezes, que a pouca quantidade a ser entregue não compensa o deslocamento de sua propriedade com carro próprio e ainda ocorre o atraso nas atividades de produção.

2.3. CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PA SANTA OLGA

Os canais de comercialização são uma sequência de etapas por onde passa o produto, sob a ação de diversos agentes, até atingir o destino final, mostrando como os agentes se organizam e se agrupam para o exercício da transferência da produção ao consumo (ZARDO, 2012).

A comercialização dentro PA Santa Olga se expande por diversos meios, mas tem-se como um dos fatores principais a cooperativa COOPAOLGA que comercializa por meio de políticas públicas com programas como o PNAE e o PAA.

De acordo com Zardo (2012), o PNAE foi criado no ano 1979, mas somente após a promulgação da Constituição Cidadã em 1988 foi concretizado o direito à alimentação escolar aos alunos do ensino fundamental, como programa suplementar à política educacional. O autor relata que na década 1990 houve uma descentralização do programa, sem necessidade de convênios, contratos, acordos ou documentos do gênero, que possibilitou a transferência direta dos recursos federais aos estados e municípios para executar seus programas locais, com foco na formação de hábitos alimentares mais saudáveis, em respeito às tradições alimentares e dinamização da economia e vocação agrícola da região.

De acordo com FNDE (2017), no ano de 2009 foi sancionada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva a Lei 11.947/09 que ampliou o PNAE e dispôs a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Outra ferramenta utilizada política pública utilizada pela cooperativa é o PAA que, segundo a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (2017), foi criado em 2003, com uma ação do governo federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar.

Para isso, o programa usa mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção (SEAD, 2017).

Além destes meios de comercialização, nota-se a presença de outros canais, como feiras livres e recentemente a criação de um grupo de produtores assessorados por órgãos como SEBRAE e SENAR, que juntos reuniram forças para entregar seus produtos não só pelas políticas públicas, mas também através de contratos para empresas da região contribuindo para o desenvolvimento local.

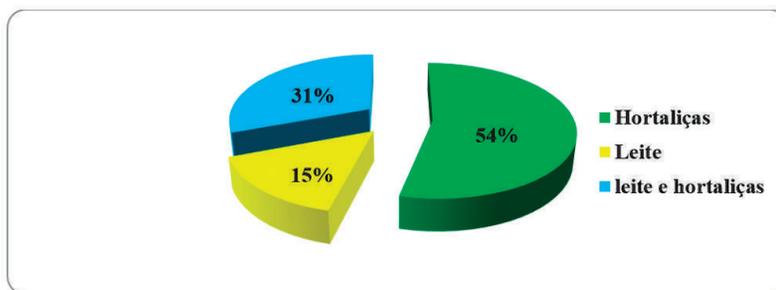
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A COOPAOLGA aborda não só produtores do PA Santa Olga, mas também produtores da região de Ivinhema, Distrito Casa Verde, Batayporã e Nova Andradina. A cooperativa conta com um pasteurizador de leite, onde é feito o processamento do leite e também possui um local cedido dentro do assentamento para a administração da cooperativa.

Segundo Minatel e Bonganha (2015, p. 255), as cooperativas são entidades jurídicas, empresas que não só podem realizar as mesmas tarefas e funções desempenhadas pelas associações, mas também exercem um importante papel social e econômico.

O gráfico 01 representa o percentual de produção escolhida pelos cooperados, foram separados em três grupos de produção; hortaliças, leite e leite e hortaliças.

Gráfico 01: Percentual dos tipos de produção dos cooperados.



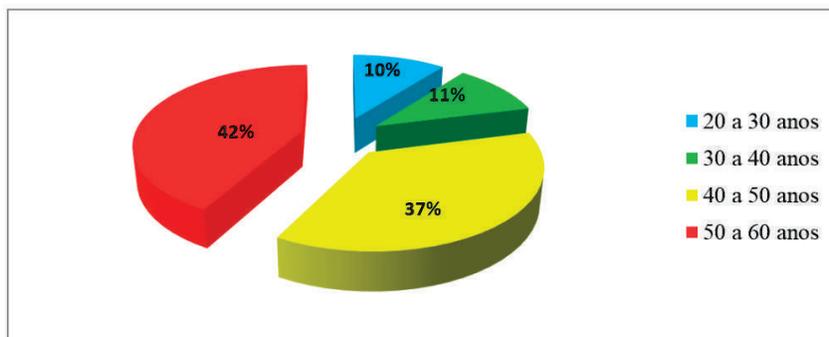
Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Através desta imagem conseguimos identificar que a maioria da produção da cooperativa está sob o grupo hortaliças, que representa quem trabalha com horticultura na cooperativa com um total de 54%, o grupo leite representa quem trabalha com a pecuária de leite na região totalizando um valor de 15%, e o grupo leite e hortaliças representam quem trabalha intercalado com as duas produções com um valor de 31%.

A relação do produtor com o campo vem sendo marcada por uma série de valores, crenças e costumes, que são herdados dos seus antepassados, assim desenvolvendo um aprimoramento técnico e uma afinidade por certas culturas. Para Silva e Mendes (2010, p. 3), “[...] a possibilidade de trabalhar a terra, cultivar os produtos que preferir confere aos agricultores familiares uma sensação de autonomia e uma relação intrínseca com sua unidade produtiva”.

A entrevista foi realizada com os chefes de família mais especificamente com os responsáveis que cuidam da administração da propriedade. O gráfico 02 evidencia o percentual de idades dos Produtores.

Gráfico 02: Percentual de idade dos produtores cooperados.



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Mediante os dados coletados identificou-se uma média de idade dos produtores elevada, destacando a necessidade de incentivos a futuras gerações por parte dos chefes de famílias e também do governo.

Ainda sobre os números da pesquisa tem-se como um ponto de destaque a formação escolar dos produtores, que reforça a ideia de incentivos ao produtor, promovendo a permanência e capacitação dos produtores no campo.

Segundo Lourenzani *et al.* (2008), a capacitação dos agricultores com técnicas gerenciais, apropriadas para a agricultura familiar, visa contribuir efetivamente para a promoção da sustentabilidade econômica desses empreendimentos rurais, assim promovendo o desenvolvimento da produção. De acordo com o quadro 01 acompanham-se as idades dos entrevistados.

Quadro 01: Escolaridade dos produtores cooperados.

Escolaridade	Quantidade	Percentual
Ensino Fundamental incompleto	9	47%
Ensino Fundamental	4	21%
Ensino médio	2	11%
Ensino superior	4	21%
Total ----->	19	100%

Fonte: Dados de Pesquisa (2017).

A taxa de escolaridade entre os cooperados representados pelo quadro 1 evidencia a baixa formação escolar dos produtores, isso demonstra uma carência de capacitação gerencial da propriedade.

Para Batalha *et al.* (2005), a utilização de ferramentas gerenciais aplicadas à gestão de redes de agricultores e às propriedades rurais coloca-se como condição para os agricultores familiares explorarem novos campos de oportunidades, que se abrem a partir da formação das redes de comercialização e da aplicação de tecnologias e práticas que requerem um nível de gestão da produção mais sofisticado.

A agricultura familiar concentra-se diretamente na mão de obra familiar, mais comumente entre pais e filhos, mas podendo abranger maior composição familiar, através da pesquisa notamos uma estrutura familiar que varia de uma a sete pessoas por propriedade. De acordo com a pesquisa, os números sobre a quantidades de pessoas na família somaram 5% de uma a Três pessoas, 58% de três a cinco pessoas e 37% cinco a sete pessoas.

Mediante à pesquisa, a informação passada pelos cooperados é que a principal fonte de renda da família está associada ao trabalho na terra. O Quadro 02 mostra a predominância do trabalho da família no campo.

Quadro 02: Fonte de Renda dos Cooperados.

Principal Fonte de Renda	Quantidade	Percentual
Trabalho na Propriedade	11	58%
Trabalho na Propriedade e Serviços fora	3	16%
Trabalho na Terra e Aposentadoria	5	26%
Total ----->	19	100%

Fonte: Dados Pesquisa (2017).

De acordo com o estudo, foram identificadas três propriedades em que residiam integrantes da família que intercalavam o trabalho na terra e também serviços fora do campo, alegando buscar uma melhoria na fonte de renda familiar. Dentre os dezenove entrevistados, somente três tiveram este fator, somando um percentual de 16% da população.

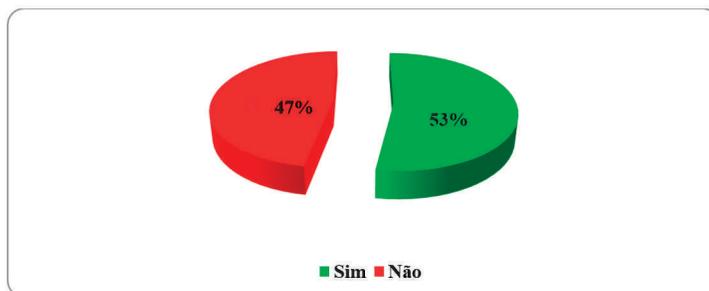
Segundo dados coletados, a principal atividade desenvolvida pelos cooperados da COOPAOLGA esta na agricultura, mais caracterizada como horticultura. Segundo eles, a maior parte produzida é de hortaliças e com o funcionamento da cooperativa nota-se uma melhoria significativa no escoamento da produção.

Segundo o Incra (2017), o PA Santa Olga tem treze anos completos, tendo como data de criação 28/06/2004. A partir da organização dos assentados, surgiu a Associação dos Produtores do Assentamento Santa Olga que em parceria com órgãos governamentais adquiriu maquinários e implementos para o assentamento.

Segundo os cooperados, 89% deles utilizam da associação e maquinários próprios para manutenção das terras e lavouras existentes, os outros 11% alegam utilizar somente maquinário próprios por terem os equipamentos necessários.

No quesito assistência rural caracterizada por um acompanhamento do produtor em suas atividades tem a informação da utilização de órgãos governamentais como a Prefeitura Municipal de Nova Andradina, SEBRAE-MS, SENAR-MS e AGRAER no âmbito rural, porem de acordo com o gráfico 03 temos a informação de que nem todos têm acesso a este benefício.

Gráfico 03: Assistência Rural.

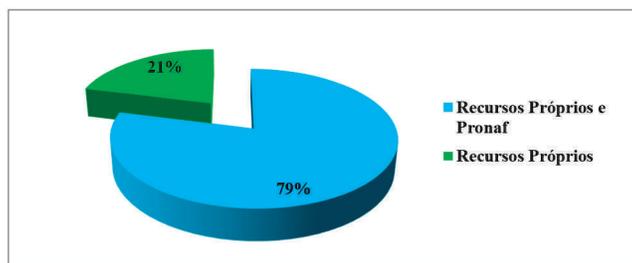


Fonte: Dados de Pesquisa (2017).

Um ponto que se destaca a importância da assistência rural está, entre outras palavras, que o produtor familiar, quando recebe apoio suficiente, é capaz de produzir uma renda total, incluindo a de autoconsumo, superior ao custo de oportunidade do trabalho (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003).

Através da pesquisa com aplicação de questionários, os cooperados foram indagados sobre a produção no lote, quais as fontes de crédito que utilizam ou utilizaram na propriedade. Com isso entendeu-se a eficácia do PRONAF, pois os estabelecimentos, nos quais os questionários foram aplicados, obtiveram melhorias na estrutura do lote e na produção na propriedade. No gráfico 04 observa-se a utilização do crédito rural.

Gráfico 04: Crédito Rural Para Produção e Manutenção da Propriedade.



Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Cita-se como uma atribuição o fomento da própria atividade rural, através do crédito ao produtor, que pode ser viabilizado com capital da própria entidade ou com crédito governamental, recebido e repassado aos cooperados, em condições atrativas e viáveis para os negócios do campo (MINATEL; BONGANHA, 2015).

De acordo com a pesquisa, os meios de comercialização são diversos podendo ser vendas no próprio lote, feiras, vendas ambulantes e cooperativas, mas também foi identificado outro meio de comercialização, sendo caracterizado como um grupo de pessoas assessoradas pelo SEBRAE e pelo SENAR, que juntos reuniram forças para entregar seus produtos não só pelas políticas públicas, mas também para empresas da região contribuindo para o desenvolvimento local e também para melhor qualidade da alimentação dos funcionários da empresa. No quadro 03 caracteriza o grupo como outro, pois não há uma caracterização específica para ele.

Quadro 03: Meios de Comercialização no PA Santa Olga.

Mecanismos de Comercialização	Produtores	Percentual
Somente Coopaolga	5	26%
Coopaolga e feiras	7	37%
Coopaolga, feiras e Outros.	7	37%
Total ----->	19	100%

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

A importância da agricultura familiar e do cooperativismo esta em seu papel social na geração de renda, diminuição do êxodo rural e no combate da desigualdade social no campo e nas cidades; está prática vem promovendo uma melhor qualidade de vida aos produtores, e também combatendo a fome e a insegurança alimentar, causada pelo crescimento populacional acelerado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com um crescimento na produção da agricultura familiar há um cenário de vários incentivos ao pequeno produtor, por meio de políticas públicas de incentivo à produção e também à comercialização dos seus produtos.

Este trabalho apresentou um estudo de caso sobre a produção e comercialização dos produtos por meio da Cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares do Assentamento Santa Olga, apresentando uma visão de como vem ocorrendo os meios de assistência à produção, e também comercialização da agricultura familiar no assentamento, dando evidencia a importância dos incentivos aos agricultores, e como os métodos de comercialização dos produtos obtidos por esta agricultura de caráter familiar vem

melhorando a relação campo/cidade, e a qualidade alimentar na região e promovendo o desenvolvimento rural e econômico.

O estudo teve como objetivo apresentar um levantamento bibliográfico do cooperativismo e da agricultura familiar, com suas políticas públicas implantadas que buscam dar sustentabilidade aos produtores. Foi abordada a temática dos projetos de assentamentos rurais, evidenciando como vem sendo o apoio prestado pelo governo ao produtor na agricultura familiar, analisando aspectos incentivados e algumas carências do setor. O trabalho buscou ainda um entendimento do cooperativismo no assentamento e ressalta a importância da cooperativa, que tem um bom funcionamento e vem sendo uma ferramenta na comercialização das mercadorias produzidas.

Com um cenário produtivo e aos poucos sendo incentivada, a agricultura familiar deve ser interpretada como uma geração de riqueza e valor cultural, pois quem trabalha na terra tem costumes, crenças e valores que nelas se envolvem, e com isso está trazendo um desenvolvimento econômico e social não apenas para o setor agropecuário, mas para a toda economia do país.

A comercialização dos produtos provenientes da agricultura família vem ganhando espaço através de políticas públicas como PNAE (Programa Nacional Alimentação Escolar), e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e também através da união dos produtores que juntos cooperam entre si, assim, promovendo melhoria não só no campo, mas também na cidade com um alimento de qualidade chegando à mesa e movimentando a economia local. Contudo, a agricultura familiar vem trazendo uma melhor qualidade de vida ao produtor, que não precisa mais sair do campo para adquirir uma melhor condição econômica e social.

MOREIRA, F. G.; SOUZA, G. M. Cooperation as a means of commercialization of production in rural settlements: an analysis in the Santa Olga Settlement. *ORG & DEMO* (Marília), v. 19, n. 2, p. 63-84, Jul./Dez., 2018.

ABSTRACT: The present study aims to analyze the commercialization process of the settlers residing in the settlement of Santa Olga, located in the municipality of Nova Andradina, Mato Grosso do Sul State. A field survey was used based on questionnaires applied to the settlers members of Coopaolga, and theoretical references through bibliographic research, pertinent to family agriculture, cooperativism and means of commercialization of production. Advances in agriculture from the earliest stages to the practice of family agriculture and local production and their respective development and support to the producer were studied. Based on the information obtained from the local cooperative and its partners, the importance of family farming as a source of income and its public utility policies as a marketing channel was analyzed. The main results evidenced the importance of cooperativism in rural settlements, contributing exponentially to the integration between producers and consumers of products from the countryside.

KEYWORDS: Family farming, cooperativism, public policy, production.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C.; ALVES, D. C. Cooperativismo e agricultura familiar: um estudo de caso. **Revista de Administração IMED**. Passo Fundo, v. 3, n. 3, p. 194-208, 2013.
- BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: BATALHA, M. O.; SOUZA FILHO, H. M. (org). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos. EdUFSCar, 2005.
- BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Presidência da República. Brasília/DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017
- BRASIL. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar R.; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**. São Paulo, v. 5, n. 10, p. 312-347, 2003.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- COSTA, Bianca Aparecida Lima et al. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, p. 109-126, 2015.
- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Sobre o PNAE?**. Brasília, DF. Disponível em; <<http://www.fnnde.gov.br/programas/pnae>>. Acesso em: 08 dez. 2017.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Estimativas da população residente no Município de Nova Andradina**. Mato Grosso do Sul, com data de referência ano de 2016. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=500620&idtema=130&searc>>. Acesso em: 10 mai. 2017
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Classificação imóveis rurais**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>>. Acesso em: 10 mai. 2017.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Painel dos assentamentos**. Brasília, DF. Disponível em; <http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=16&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=1>. Acesso em: 10 mai. 2017.
- LOURENZANI, Wagner Luiz et al. A qualificação em gestão da agricultura familiar: a experiência da Alta Paulista. **Revista Ciência em Extensão**. São Paulo, v. 4, n. 1, p. 62, 2008.
- KARNOPP, Erica; FABRIS, Adilson José; DALCIN, Vitélio Ortiz. Cooperativas da agricultura familiar: o caso das cooperativas do território médio alto Uruguai e sua contribuição para o desenvolvimento regional. **Ágora**. Vitória, v. 16, n. 1, p. 134-155, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTÍNEZ, Inmaculada Buendía; LINS, Maria Luiza; PIRES, Silva. Cooperativas e revitalização dos espaços rurais: uma perspectiva empresarial e associativa. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, DF, v. 19, n. 1, p. 99-118, 2002.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSOA, Vera Lúcia Salazar. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo Uerj**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, p. 290-322, 2011.

MATTEI, Lauro. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 2, 2013.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **O que é a agricultura familiar**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>> Acesso em: 10 abr. 2017.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Safra Agricultura Familiar**. Brasília, DF. 2016/2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_23/PLANO%20SAFRA%20AGRICULTURA%20FAMILIAR%202016.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires de; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Modernização da agricultura e formação dos complexos agroindustriais. **Anais... XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, São Paulo, p. 1-17, 2009.

MINATEL, Felipe; BONGANHA, Carlos André. Agronegócios: a importância do cooperativismo e da agricultura. **Empreendedorismo, Gestão e Negócios**. Pirassununga, v. 4, n. 4, p. 247-259, 2015.

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**. Presidente Prudente, n. 8, p. 151-172, 2012.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHLINDWEIN, Madalena Maria. Os desafios dos assentamentos rurais em face ao desenvolvimento local: um Estudo de Caso no Assentamento Santa Olga, no Município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul. **Org & Demo**. Marília, v. 16, n. 1, 2015.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHLINDWEIN, Madalena Maria. Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul. **Revista Nera**. Presidente Prudente, n. 29, p. 151-173, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **O que é cooperativismo**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.somoscooperativismo.coop.br/o-que-e-cooperativismo>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

RODRIGUES, William Costa et al. **Metodologia científica**. Paracambi: Faetec/IST, 2007.

SANTOS, Vanderlei de Freitas et al. A Comercialização de hortaliças na agricultura familiar: uma análise no Assentamento Santa Olga, Nova Andradina/MS. **Revista Desenvolvimento Social**. Montes Claros, v. 1, n. 16, p. 12, 2016.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **PAA**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

SILVA, Juniele Martins; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Agricultura familiar e cultura: identidades e territorialidades. **Anais...** XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre, 2010.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica AGB-TL**. Três Lagoas, v. 1, n. 2, p. 21-42, 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de coleta de dados no campo**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ZARDO, Roberto Antonio. **Canais de comercialização de produtos da agricultura familiar na região Oeste do Paraná**. Curitiba, UFPR, 2012. Disponível em: < <http://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38932/R%20-%20E%20-%20ROBERTO%20ANTONIO%20ZARDO.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 10 out. 2017.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Ediupe, 1999.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Submetido em: 27/01/2018

Aceito em: 05/09/2018

